

ARTIGO

FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ (1834 – 1910) E ANTÓNIA GERTRUDES PUSICH (1805-1883):

ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E EM PORTUGAL NO MEADO DO SÉCULO XIX

BRENA PAULA MAGNO FERNANDEZ

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia e Professora Associada IV do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Economia Feminista (NEEF/CNPq/UFSC).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1083-3300>

LUIZA BOTEGA GOULARTE

Graduanda em Relações Internacionais. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Economia Feminista (NEEF/CNPq/UFSC).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1521-5108>

RESUMO: Esse artigo possui como intuito analisar e comparar a situação da educação de meninas e moças no Brasil e em Portugal na segunda metade do século de XIX, com destaque para os escritos feministas de Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910), no Brasil, e de Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), em Portugal. Percebe-se, em ambas as autoras, pelo menos duas similaridades dignas de nota. Em primeiro lugar, a preocupação com a temática da educação feminina no meado do século XIX, objetivando a difusão da importância do tema para garantir o desenvolvimento de suas nações, tendo em vista que a ordem social patriarcal vigente no período dificultava imensamente a conquista da autonomia das mulheres. Depois, também compartilharam o aspecto de ambas terem sido proprietárias, editoras e articulistas de jornais e revistas periódicas voltadas para o público feminino. Com os seus artigos, buscavam ganhar o apoio das famílias, da classe dominante, bem como a adesão das próprias mulheres à causa da educação e emancipação femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Feminina; Brasil; Portugal; Século XIX.

FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ (1834 – 1910) AND ANTÓNIA GERTRUDES PUSICH (1805-1883):

THE WOMEN'S EDUCATION PERFORMANCE IN BRASIL AND IN PORTUGAL IN THE MIDST OF THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: This paper aims to analyze and compare the situation of girls' and young women's education in Brazil and Portugal in the second half of the 19th century, focusing on the feminist writings of Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 - 1910) in Brazil and Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) in Portugal. There are at least two noteworthy similarities in both authors. Firstly, their concern with the issue of female education in the mid-19th century, with the aim of disseminating the importance of this issue in order to guarantee the development of their nations, given that the patriarchal social order in force at the time made it extremely difficult for women to achieve autonomy. They also shared the aspect that they were both owners, editors and writers for newspapers and periodicals aimed at women. With their articles, they sought to gain the support of families and the ruling class, as well as the support of women themselves in the cause of female education and emancipation.

KEYWORDS: Women's Education; Portugal; Brazil; 19th Century.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p208-232>

Recebido em: 30/03/2025

Aprovado em: 13/06/2025



1. Introdução

A brasileira Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910) e a portuguesa Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) foram, cada qual em seu país, duas importantes figuras do movimento feminista na segunda metade do século XIX. Ambas as autoras debruçaram-se sobre a precária situação educacional das meninas, moças e mulheres oitocentistas e defenderam a luta pela ampliação dos direitos femininos em seus países, em especial através do pleito ao direito à educação feminina em igualdade de condições comparativamente àquela que era oferecida aos meninos e rapazes.

A precariedade da situação educacional feminina no século XIX tem raízes na situação social da época, baseada na ordem patriarcal, processo histórico que naturalizava e institucionalizava as diferenças e as hierarquias de gênero, franqueando a dominação masculina sobre as mulheres, ou seja, “homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e mulheres são privadas de acesso a esse poder” (Lerner, 2019, p. 290). O papel social das mulheres nessa ordem preestabelecida consistia em casarem-se e constituírem família mal entrassem na puberdade. De fato, para as meninas, valia o mito da domesticidade, consoante o qual “[...] enquanto os homens podiam esperar ter uma variedade de ambições e habilidades, as mulheres eram destinadas desde o nascimento a serem mães e esposas em tempo integral” (Hahner, 1981, p.85). Por isso, fosse em Portugal fosse no Brasil, toda a educação feminina da época era voltada tão somente para que as meninas adquirissem conhecimentos e competências relacionadas às prendas domésticas.

Além da força do patriarcado, nos oitocentos também era bastante disseminada a premissa (pseudo)científica de acordo com a qual as mulheres apresentavam menor capacidade e habilidade cognitivas comparativamente aos homens, sendo pouco inteligentes para realizar quaisquer atividades de caráter intelectual (Santos; Silva, 2023). Com efeito, segundo a tradição ibérica, transposta de Portugal para o Brasil, as mulheres eram consideradas como parte do “*imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais” (Ribeiro, 2000, p. 79).

É nesse contexto totalmente adverso que surgem as figuras emblemáticas de Francisca Senhorinha e Antónia Gertrudes, duas mulheres que nunca chegaram a se encontrar e muito provavelmente tampouco tiveram conhecimento da existência das obras uma da outra. Não obstante, compartilharam um território comum: o fato de serem ambas mulheres que ousaram contrariar a ordem estabelecida e, à custa de muita coragem e não menor esforço, tornaram-se não somente escritoras de periódicos voltados ao público feminino, mas abriram o caminho para a conquista de direitos para as mulheres das gerações vindouras. De fato, “para elas, quebrar as barreiras, penetrar em um universo dominado pelos homens, ter seu talento reconhecido, seguramente foi uma tarefa árdua, fruto de espíritos inquietos e ousados” (Santana, 2021, p. 35).

Percebe-se, em ambas as autoras, pelo menos duas similaridades dignas de nota. Em primeiro lugar, a preocupação com a temática da educação feminina no meado do século XIX. Ambas objetivaram a difusão da temática como meio para garantir o desenvolvimento de suas nações, tendo em vista que a ordem social patriarcal vigente no período dificultava imensamente a conquista da autonomia das mulheres. Depois, também compartilharam o aspecto de terem sido proprietárias e articulistas de jornais e revistas periódicas voltadas para o público feminino. Francisca Senhorinha foi proprietária, editora e articulista do periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889), e Antónia Gertrudes, do *Assembléa Litteraria* (1849-1854), ambos dirigidos para a reivindicação e conscientização acerca dos direitos as mulheres. Com os seus artigos, buscavam ganhar o apoio das famílias, da classe dominante, bem como a adesão das próprias mulheres à causa da educação e emancipação femininas. Tanto no Brasil quanto na Europa, esses periódicos “foram importantes instrumentos na conscientização das mulheres, pois divulgavam o que ocorria em outros países, faziam circular os textos entre si, davam notícias de livros, da abertura de escolas, e apoiavam as iniciativas das companheiras” (Duarte, 2020, p. 246).

No Brasil, o surgimento da imprensa se efetivou apenas após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. A recém-instalada Imprensa Régia passou a imprimir a periódica *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809 – 1822) a partir de 10 de setembro de 1809 (Molina 2015).

Schapochnik (2018), ao considerar o caso da imprensa brasileira, salienta que ela teve papel central na repercussão de novos debates, projetos e propostas. Sendo assim, além dos aspectos políticos e das grandes temáticas econômicas envolvidas na empreitada, a imprensa do século XIX atuou como um agente histórico fundamental para o entendimento de perspectivas e tendências (Morel, 2005). Nesse contexto, para Abreu (2014), a maneira como os textos eram compostos e lidos era moldada também, e de forma significativa, pelos sutis eventos cotidianos, ecoando os pensamentos e objetivos de determinados grupos ou pessoas (Santos, 2018).

A presença de mulheres na imprensa marcou o início do rompimento entre a separação das esferas – masculina e feminina, pública e privada, do mundo e do lar – apesar das pressões sociais que indicavam que o ambiente adequado para mulheres era o doméstico. Com efeito, a inserção feminina na imprensa abriu uma gama de espaços essenciais, que eram vedados às mulheres brasileiras do século XIX:

Através dos jornais, elas tiveram acesso a discussões que, teoricamente, eram restritas ao sexo dito forte; tiveram a liberdade de tornarem públicas suas ideias, puderam exercer uma função fora do lar, e, ainda, conseguiram questionar alguns preceitos da ordem vigente, juntamente com os argumentos que a sustentavam (Souto, 2013, p. 21).

Os artigos feministas publicados no século XIX em periódicos foram, em geral, recebidos com ambivalência e resistência, embora também tenham despertado debates importantes e, em alguns casos, conquistado aderência em círculos progressistas. A recepção desses textos variou de acordo com o país, o contexto político-social, o perfil do periódico e o tom da argumentação feminista.

No presente texto, nosso objetivo foi analisar e comparar a situação da educação de meninas e moças no Brasil e em Portugal na segunda metade do século de XIX, por meio dos escritos feministas de Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910), no Brasil, e de Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), em Portugal, utilizando para isso excertos escolhidos de suas publicações de suas publicações nos periódicos acima referidos. Com relação à metodologia utilizada, lançamos mão de uma abordagem que combinou aspectos qualitativos e quantitativos. Na parte qualitativa, realizamos um

levantamento descritivo e bibliográfico tanto da literatura primária das autoras quanto da literatura secundária de suas/seus comentadoras/es. Paralelamente, no que toca a parte quantitativa da análise, baseamo-nos na estatística descritiva de alguns dados publicados pelo primeiro censo do Brasil (1872) e pelo segundo censo de Portugal (1878), com a intenção de aferir e analisar a situação educacional das meninas, moças e mulheres da época.

O texto foi dividido em quatro seções, contando com esta introdução. A segunda e a terceira seções expõem, respectivamente, as perspectivas e abordagens das autoras Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Antónia Gertrudes Pusich acerca da situação educacional feminina em seus países no período. Na seção de nossas considerações finais, realizamos uma comparação entre os ideais, ferramentas e concepções analíticas das escritoras, verificando as possíveis semelhanças e diferenças entre suas obras, conforme o contexto em que estavam inseridas, destacando assim as principais conclusões a que chegamos.

2. Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910) e a situação da educação feminina no Brasil oitocentista

Como assinalado anteriormente, a educação das brasileiras no século XIX – e muito particularmente daquelas nas camadas sociais inferiores – era baseada na formação de suas habilidades para a realização das atividades domésticas. De fato, não existia a preocupação de educá-las de forma a fomentar habilidades científicas ou profissionalizantes (Rabelo et al, 2022).

Antes de 1827, quando foi franqueado às meninas o acesso à educação primária (pública), a pouca educação formal feminina oferecida era ministrada em casa, pelas próprias mães ou em conventos de freiras – que reuniam as grandes bibliotecas e o conhecimento de então. Havia ainda raras escolas particulares nas casas de professoras. Portanto, a quantidade de alunas era muito pequena e os conhecimentos acessíveis, escassos, já que as próprias professoras haviam recebido uma instrução apenas superficial (Fernandez, 2023; Santana, 2014). Para as famílias mais abastadas, havia a opção de contratar uma preceptora, geralmente estrangeira, para ministrar as primeiras letras aos filhos em casa. Segundo o relato de um inspetor geral

da instrução primária e secundária do município da Corte, em 1874 “entre nós, em regra geral, o rico paga a um mestre, que vem dar em casa o primeiro ensino a seu filho; o remediado manda os filhos para o colégio particular onde recebem a instrução primária e secundária, e o pobre, esse é que se utiliza da escola pública” (Hahner, 2010, p. 315).

Efetivamente, nas escolas do Império a Lei educacional brasileira que passou a vigorar em 1827 determinava que meninas e meninos tivessem currículos diferenciados e não era admitida a coeducação. Enquanto os meninos aprendiam matemática – as quatro operações básicas, números decimais, frações, proporções, geometria e ciências –, a educação formal das meninas no Brasil baseava seus programas em ensinamentos de língua estrangeira (quase sempre o francês), corte e costura, música, prendas domésticas e apenas noções básicas de aritmética (Saffioti, 1976). Mas a discriminação não parava por aí: também o número de escolas primárias para as meninas era inferior àqueles estabelecimentos voltados para a educação dos meninos. Naquela época, na Corte havia 17 escolas para meninos e somente 9 para meninas (Teles, 1993). Importa ainda salientar que somente meio século depois, já no Reinado de Dom Pedro II, em 1879, é que seriam admitidas mulheres no Ensino Superior no Brasil (Karawejczyk, 2010).

Dada a pouca atenção direcionada pelo poder público ao tema da educação em geral e da educação feminina, em particular, não causa estranheza o fato de a superficialidade ter sido a tônica dos registros acerca da educação no primeiro recenseamento brasileiro publicado em 1872, já sob os auspícios de D. Pedro II e quase meio século após ser permitido o acesso das meninas à educação primária. Ao se restringir apenas ao número de alfabetizados e analfabetos e àqueles que, entre os seis e os quinze anos de idade frequentavam a escola, os números do censo deixam muito claro o débil e insuficiente sistema educacional brasileiro da época, como se pode conferir nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - População total do Brasil-- livre e escravizada – e grau de instrução em 1872. Dados desagregados por sexo (valores absolutos e percentagens).

Sexo	Homens	Mulheres
População Total	9.930.478	
População por sexo	5.123.869	4.806.609
Percentagem	51,6%	48,4%
Total	100%	
LIVRES	8.419.622	
Livres por sexo	4.318.699	4.100.923
Percentagem da população	43,5%	41,3%
Total	84,8%	
ESCRAVIZADOS	1.510.856	
Escravizados por sexo	805.170	705.686
Percentagem da população	8,1%	7,1%
Total	15,2%	
ALFABETIZADOS	1.560.098	
Alfabetizados por sexo	1.010.576	549.523
Percentagem da população alfabetizada por sexo	10,18%	5,53%
Total	15,71%	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do censo demográfico do IBGE (1872).

No Brasil oitocentista, o analfabetismo era uma característica marcante. De uma população total de 9.930.478 de habitantes, sendo

8.419.622 deles livres, os números da educação mostram que apenas 15,71% do total dos brasileiros eram alfabetizados, sendo 10,18% destes homens e apenas 5,53% (!) mulheres. No que toca a frequência à escola por parte da população entre os seis e os quinze anos de idade, a situação não era melhor: 83,14 % do total das crianças e adolescentes nessa faixa etária não tinham acesso à educação.

Tabela 2 - População de meninos e meninas em idade escolar – dos 6 aos 15 anos -- no Brasil em 1872. Dados desagregados por sexo (valores absolutos e percentagens).

Sexo	Meninos	Meninas
População Total	1.902.434	
População por sexo	941.782	960.652
Percentagem Por sexo	49,50%	50,50%
Percentagem Total	100%	
Frequentam a escola	155.651	165.078
Total	320.729	
Percentagem Por sexo	8,18%	8,68%
Percentagem Total	16,86%	
Não frequentam a escola	786.131	795.574
Total	1.581.705	
Percentagem Por sexo	41,32%	41,82%
Percentagem Total	83,14%	

Fonte: Elaborado com base nos dados do primeiro censos demográfico do IBGE (1872).

É nesse contexto totalmente adverso que se surge a passa a se destacar a figura da brasileira Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834 – 1910), nascida no interior de Minas Gerais, e que, a partir de 1854, passou a se dedicar à disseminação da educação pelo país, principalmente, utilizando de sua profissão de professora (Santos; Silva, 2023).

De acordo com Pinto (2003), Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi a primeira mulher brasileira a criar, editar, além de escrever matérias em um periódico com a finalidade de divulgar a causa das mulheres, lutando pela educação, instrução e emancipação econômica das brasileiras (Buitoni, 1986). Ou seja, além de proprietária do *Sexo Feminino*, ela foi também sua editora e articulista.

O jornal, publicado entre 1873 e 1889, realizava publicações semanais, deixando as informações e debates sobre os temas relacionados à causa feminina sempre atualizados (Andrade, 2006). Ele foi um empreendimento bastante ousado, e isso em pelo menos dois aspectos diferentes. Em primeiro lugar, devido aos temas a que se dedicava - que desafiavam frontalmente o *status quo* da época -, e depois também quando se consideram os aspectos mais práticos da vendagem de um jornal escrito sobre e para mulheres, que contava com uma tiragem de “800 exemplares para uma população de 20.071 mulheres, das quais apenas 1.158 sabiam ler” (Buittoni, 1986, p. 52). Já no editorial de lançamento, Senhorinha avança as demandas que abraçaria nos anos subsequentes, dizendo:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa - O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso; [...] riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigam os retrógrados com seus dilerios de chufa e mofa nossas contrerrâneas, chamando-as de utopia. O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer [...] O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais de metade dos males que os oprimem é devida ao descuido, que eles tem tido da educação das mulheres e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa [...] (O Sexo Feminino, n. 1, 1873, p. 1).

Desde o primeiro número do jornal, a tônica das reivindicações sempre foi a educação formal de qualidade para as mulheres. A imprensa era, na época, o principal meio de atingir as mais diversas camadas sociais,

utilizando dos métodos pedagógicos ou doutrinários para assegurar a disseminação das ideias veiculadas. Nota-se o interesse não somente em informar a população, mas também de orientar e guiar suas ações (Andrade, 2006). Francisca Senhorinha usava os jornais como meio de difundir as suas ideias, incluindo debates sobre a temática abolicionista, além da emancipação das mulheres, que, para ela, só seria obtida pela instrução somada à independência financeira (Santos; Silva, 2023). A escritora foi considerada a “líder de um movimento que ‘libertaria’ às mulheres do domínio masculino” (Nascimento, 2006, p. 62).

Contrariando a visão da época, a autora defendia que as mulheres possuíam a mesma inteligência e capacidade cognitiva dos homens, devendo, assim, ter acesso ao mesmo nível de escolaridade do gênero masculino, com a finalidade de ocuparem os seus lugares de direito na sociedade (Araújo, 2021). Ou seja, Francisca Senhorinha coloca em xeque a superioridade intelectual masculina por conta de questões biológicas, mas identifica como a verdadeira causa para o impedimento do acesso das mulheres à educação o receio masculino de perderem seus cargos, à medida que as mulheres fossem conquistando seus diplomas (Nascimento, 2006). À diferença dessa visão, a autora defendia a possibilidade de um futuro próspero para *toda a população* e que os homens não sofreriam uma piora no mercado de trabalho com a melhora na qualidade de vida das mulheres, pois ocorreria o desenvolvimento do país como um todo (Andrade, 2006).

Importa também destacar que Francisca Senhorinha, unindo a teoria à prática, utilizava parte dos recursos financeiros obtidos com a venda de seus jornais para sustentar uma escola, criada por ela juntamente com suas filhas, que atendia apenas mulheres, bem como disponibilizava bolsas de estudos para as meninas desamparadas. Promovia programas de ensino e buscava o apoio do governo visando a criação de escolas que atendessem, além dos meninos, as meninas, como também que conseguisse auxiliar as crianças mais necessitadas. Apoiava que essas instituições de ensino fossem comandadas por mulheres, tendo como base a instrução como forma de assegurar a justiça e as mudanças estruturais na sociedade. Assim, o interesse era desenvolver, nas estudantes, as habilidades que, no futuro, elas poderiam utilizar de forma profissional, ou seja, garantir que elas soubessem

não somente atividades domésticas, mas também as atividades de caráter empregatício (Oliveira, 2018).

Francisca Senhorinha lançou mão de diferentes argumentos para destacar a importância do ensino, como a comparação com outras nações mais avançadas, além de exemplos de mulheres que alcançaram o título de escritoras ou que obtiveram diplomas (Andrade, 2006). Também o seu público alvo foi mudando ao longo do tempo. Inicialmente, seus escritos no *Sexo Feminino* eram direcionados às famílias, especialmente aos pais e maridos, objetivando a conquista do seu apoio no acesso à educação das mulheres. Esse foi o caso de seu primeiro artigo, quando da estreia do *Sexo Feminino*, onde se lê:

em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc, mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa [...]. A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades (Diniz, 1873, n.1, p. 1).

Posteriormente, a autora passou a se dirigir diretamente às próprias mulheres, buscando conscientizar o público feminino da sua posição de submissão, bem como apresentar possibilidades para a mudança deste cenário. Nesse sentido, foi um exemplo para assegurar os interesses das mulheres em reivindicar avanços e desenvolvimentos nas condições das suas vidas (Somensari, 2021).

Em relação ao estilo em que redigia seus artigos, percebe-se que Francisca Senhorinha utilizava uma linguagem bastante direta para caracterizar os indivíduos que impediam ou dificultavam a obtenção de suas reivindicações, com isso fazendo um alerta às suas leitoras e simultaneamente um apelo para que elas se engajassem a luta pela emancipação feminina (Andrade, 2006). Exemplo disso pode ser observado no seguinte excerto:

há um reducto onde traçoeiro reside o inimigo que procuramos combater: este reducto chama-se – a ignorância da mulher: Este forte que urge metralhar é defendido pela sciencia dos homens. A quem se

deve a nenhuma instrução da mulher – a sua descarada educação – a sua nenhuma importância social – o grau de aviltamento a que tem sido reduzido o sexo frágil – [...] deve-se ao sexo masculino – esses maos conselheiros que na sociedade estudão todos os ardis para mentirem à mulher lisonjeando-lhe seu orgulho – alimentando seus caprichos e louvando sua vaidade [...] (Diniz, 1873, p.1).

Em seu jornal, ela também dirigia críticas ao Estado relacionadas às políticas públicas ineficientes, como a construção de edifícios educativos em meio à falta de material e trabalhadores qualificados, além de enfatizar a importância de admitir mais mulheres nas instituições de ensino (Andrade, 2006).

Para ela, jornais tradicionais, que se dirigiam ao público feminino apresentando apenas temáticas relacionadas à moda e beleza, eram desnecessários, fúteis e sem relevância, visto que “nada valia a beleza se não estivesse acompanhada de uma boa formação moral e intelectual” (Nascimento, 2006, p.59).

Numa palavra, toda a sua argumentação girava em torno a dois eixos principais. Por um lado, havia a tentativa de mostrar a importância da educação feminina, somada à demonstração da impossibilidade de justificar a inferioridade cognitiva (biológica) das mulheres. Por outro, havia também o argumento de que, sem a escolaridade delas, não seriam possíveis nem o desenvolvimento nem o progresso da nação, tendo em vista que, segundo cria “a condição social da mulher marca exatamente o grau de civilização de um povo, porque a família é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é bárbara a sociedade” (O Sexo Feminino, n. 2, 1889, p. 1).

3. Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), o feminismo e a situação da educação feminina em Portugal

Em Portugal a conjuntura não era muito diferente comparativamente à situação da educação feminina no Brasil (Tabelas 1 e 2, acima). De acordo com o segundo censo populacional português, de 1878, que foi onde foi divulgado o primeiro levantamento de dados sobre a instrução elementar da sociedade portuguesa, viviam no país 2.374.870 mulheres, sendo que 194.603, ou seja, 8,2% delas sabiam ler e escrever, 59.766, ou seja, 2,5%, sabiam

apenas ler, e 2.120.501, perfazendo 89,3%, não sabiam nem ler e nem escrever (Direcção de Estatística, 1878).

No pensamento dominante da sociedade portuguesa da época, havia o entendimento da necessidade de não instruir as mulheres, visto que a intelectualidade não combinava com aspectos da “feminilidade” tal como concebida no período. Conforme Pedro (2006), no século XIX, havia a caracterização das mulheres fundamentada no tratamento ideal de frágeis “mulherezinhas”, as quais eram adaptadas pelo pensamento familiar e societário patriarcal com base nos princípios e hábitos desejados. Nesse sentido, a falta de educação formal das portuguesas era na época encarada como uma virtude (Vaquinhas, 1997). Portanto, “o papel da mulher na família e na sociedade determinava os objetivos da educação feminina, segundo uma expressão de inferioridade ao nível da produção intelectual e das referências cívicas” (Pedro, 2006, p.181). A educação das portuguesas era baseada na formação de habilidades que iriam proteger e garantir a satisfação dos seus futuros esposos e filhos (Pedro, 2006).

Em toda a Europa oitocentista, a instrução feminina, nos anos iniciais, era realizada pelas próprias mães. Entretanto, como elas não possuíam um conhecimento aprofundado sobre diferentes tópicos, era comum que as famílias da alta sociedade convocassem mestras, as quais possuíam a responsabilidade de realizar o ensino das tarefas práticas, como bordar, pintar e desenhar, além de aulas de músicas e dança, por exemplo (Pedro, 2006).

Já a educação nacional, ou seja, realizada nos colégios públicos, era vista como um perigo para as elites, uma vez que as instituições de ensino eram compostas por meninas de diferentes classes. Desse modo, verifica-se o desejo das famílias com maior poder aquisitivo de conseguir controlar o contato das suas filhas com o mundo exterior. Realizava-se e defendia-se a instrução dentro das residências para ser possível evitar prováveis relações com os males existentes na sociedade, ou seja, impedir o contato das jovens com outras meninas que possuíssem princípios considerados como duvidosos (Pedro, 2006). Nota-se, então, a manutenção de um processo educacional que mantinha o desenvolvimento de poucas habilidades, as quais eram específicas e simples, somada a existência de uma assimetria social.

A questão portuguesa na temática do feminismo pode ser fundamentada, principalmente, em alterações que influenciaram os conceitos básicos sobre as mulheres, bem como dos seus papéis na sociedade. O pensamento feminista em Portugal se desenvolveu a partir da inquietação de uma quantidade reduzida de mulheres, as quais possuíam instrução, bem como eram da classe burguesa ou, ao menos, da burguesia mais pobre (Vaquinhas, 1997). Verifica-se o desenvolvimento gradual da busca por visualização e destaque às pautas femininas, necessitando, em muitos casos, da utilização do anonimato ou de pseudônimos para realizar a divulgação ou publicação das ideias (Coelho; Fontes, 2021). Ou seja, como as mulheres não podiam se engajar diretamente na política, lançavam mão da escrita como meio de defender seus interesses, os quais representavam os anseios de todas as portuguesas (Vaquinhas, 1997). Nesse sentido, foram difundidas as questões, principalmente, por meio de publicações em revistas (Wojnowska, 2022).

Nesse contexto, destaca-se a figura da portuguesa Antónia Gertrudes Pusich, produtora de obras literárias, jornalísticas, pedagógicas, e políticas feministas, que buscou alterar o cenário social das mulheres de Portugal na metade do século XIX. Antónia Gertrudes viveu sob condições econômicas favoráveis, usufruindo da possibilidade de viajar por diferentes países europeus, como também nações islâmicas. A autora teve contato com diferentes culturas e sociedades que auxiliaram no processo de criação dos seus pensamentos feministas. Ademais, conviveu com um pai liberal para os padrões da época, que, segundo Antónia, permitiu que ela frequentasse as melhores escolas, além de ensiná-la diferentes línguas e música. Por esse motivo, a escritora aprendeu mais do que era esperado das mulheres da época (Talan, 2005).

Antónia Gertrudes não apenas publicou tanto obras literárias como uma vasta gama de artigos em periódicos, sempre reivindicando a ampliação de direitos para o sexo feminino. Em seus romances, Antónia Gertrudes, seus personagens literários funcionam como porta-vozes das classes menos beneficiadas, como órfãs e viúvas, para solicitar uma intervenção da classe masculina dominante a favor desses grupos pouco privilegiados, para que o país não tenha que lidar com consequências jamais vistas. A autora foi um símbolo da luta contra os preconceitos de gênero,

buscando, com suas publicações, convencer a opinião pública da época da legitimidade das demandas relacionadas à causa feminina (Talan, 2005).

Em suas obras, torna-se evidente o interesse em compreender qual é a função do escritor público que, para ela, é uma missão gloriosa, mas também extremamente arriscada. Na sua visão, a missão dos escritores seria ilustrar as sociedades, mostrando os abusos sofridos pelos mais fracos e inocentes, com destaque às opressões e contrariando os vícios. Além disso, defendia que o escritor público deveria lutar para que o progresso do país fosse alcançado por meio de garantias e proteções para toda a sociedade (Talan, 2005). Dessa maneira, afirma que

a missão do escritor público é a mais sagrada e gloriosa, mas também a mais arriscada, se ele a compreende em toda a sua extensão! Moralizar e ilustrar os povos, purificar a sociedade dos erros que a danam, desterrar os abusos patenteando-os com provas autênticas: defender o fraco e o inocente contra as opressões do forte e do perverso; exaltar a virtude, deprimir o vício; e finalmente desligasse de todas as terrenas considerações para conservar ileso o seu nome, livre e independente a sua pena; ensurdecer às vozes do interesse, e até mesmo às do coração... é sem dúvida tremendo encargo!... É por certo mui espinhosa e cercada de abismos a vereda, que nos pode conduzir à gloriosa imortalidade! (Pusich, 1850, n.34, p.37).

E também abordou temáticas sobre o progresso da sociedade portuguesa, abrangendo escritos políticos, os quais foram publicados em diferentes jornais do país. Muitas vezes a autora se fez presente em eventos com literatos e políticos portugueses notáveis do período (Talan, 2005).

Nesse contexto, a autora ressaltou a maior dificuldade das mulheres de conseguirem desempenhar o papel de escritoras por conta do contexto em que estavam inseridas, dizendo:

em nossa terra o escritor público tem de lutar com mais dificuldades do que noutros países onde o progresso da civilização oferece às letras mais protecção e mais garantias!... Os homens os mais ilustrados e animosos têm experimentado esta verdade; e quantos têm sucumbido aos manejos vis da intriga, ao ódio e à perseguição daqueles cujos defeitos foi mister combater!... [...] Se os homens precisam ter um escudo de diamante, um braço vigoroso, um ânimo superior e inabalável; como poderá uma Senhora triunfar em lide tão afanosa?!... E todavia é mister não vacilar!... Começada que seja a empresa devemos levá-la ao fim sem desaire! Faltar-nos-hão as forças físicas, talvez, mas o valor e a razão sobram-nos; e se em meio da luta se esvaecer a vida, resta-nos a consciência

das acções, e a verdadeira glória é tudo para nós! (Pusich, 1850, n.º34, p.17).

Assim como ocorreu com Francisca Senhorinha, Antónia Gertrudes foi proprietária e editora de uma revista periódica. Trata-se do jornal *Assembléa Litteraria*, fundado no ano de 1849. A autora também fundou os jornais *A Beneficencia*, *Jornal Religioso e Litterario*, de 1852 a 1855, e *A Cruzada*, *Jornal Religioso e Litterario* de 1858 (Coelho; Fontes, 2021). Conforme Talan (2005), foram abordados aspectos de questões morais, religiosas, de injustiça social, educação, instrução e, ainda, repressão das mulheres. Nesse contexto, contrariou a tradição do anonimato ao se assumir publicamente, bem como foi pelos jornais que apresentou a sua temática mais amplamente defendida: o problema da não instrução das mulheres.

Assembléa Litteraria foi um periódico que tinha como finalidade gerar consciência da situação das mulheres em Portugal. Contudo, as publicações eram realizadas visando não somente atingir o público feminino, mas também toda a sociedade portuguesa (Coelho; Fontes, 2021). Nesse sentido, o jornal possuía um aspecto transformador, à medida que destacava “a questão da instrução, como se pode confirmar pelo subtítulo, *Jornal d’Instrucção*, dando especial destaque à defesa da instrução feminina” (Coelho; Fontes, 2021, p.247). Assim, eram abordados temas que analisavam criticamente a inserção inferiorizada das mulheres na sociedade, mas também se discutiam aspectos de economia, literatura, política e religião, por exemplo (Coelho; Fontes, 2021). Visava-se garantir o acesso da população às informações a respeito das discussões e abordagens sobre a educação feminina na época.

O periódico auxiliou na propagação da pauta segundo a qual havia uma premência de conquistar os direitos femininos mais básicos, como a educação, a ampliação do leque de profissões que eram acessíveis às mulheres, bem como, mais ao final do século, o direito ao voto (Muzart, 2003). O jornal funcionou como catalizador da temática desenvolvida por Antónia Gertrudes sobre os interesses femininos, começando pelo mais fundamental de todos, já que:

poucas senhoras sabem escrever bem; não digo só do bem lançado, ou da bonita fôrma da letra; mas da orthographia, e mais

circunstancias precisas; poucas senhoras sabem fallar o patrio idioma, porque não aprenderam grammatica. E como hão de ensinar os outros? (Pusich, 1849, n.4, p.26).

Os periódicos eram os meios pelos quais as mulheres que pertenciam à alta sociedade portuguesa conseguiam expor a infelicidade das portuguesas suas patrícias com a sua posição social submissa (Coelho; Fontes, 2021). Isso porque o obscurantismo intelectual dificultava a superação da discriminação e invisibilidade das mulheres (Talan, 2005). Antónia Gertrudes critica ainda o esquecimento do Estado nas questões femininas, ao pontuar que

se o Parlamento, se o Governo trabalham de coração pelo bem deste paiz, eis a occasião de o mostrar; de nos convencer!... Cuidem na instrucção publica – empreguem todos os seus esforços; destine os meios – firmem as Escolas convidem a coadjuval-os todos aquelles que estiverem competentemente habilitados a ensinar o povo, ou a concorrer por algum modo para tão justa e grandiosa empresa (Pusich, 1854, n.15, p.1).

Ainda segundo a autora, a falta de apoio governamental perpetuava um tratamento injusto ao invisibilizar as questões de interesse das mulheres, negando empregos e benefícios disponibilizados apenas para os homens (Talan, 2005). Em seus escritos, é perceptível a comoção gerada na autora pelas injustiças perpetradas pelo Estado português, e pelas demais instituições da época sobre alguns indivíduos – no caso, as mulheres. Nessa direção, ela defendeu também que a burocracia estatal portuguesa não poderia ser um entrave para que a justiça entre os sexos fosse alcançada (Talan, 2005).

4. Considerações finais

O impacto das estruturas sociais na formação dos ideais defendidos por tanto por Francisca Senhorinha quanto por Antónia Gertrudes são bem presentes em seus escritos, uma vez que há a manutenção da ordem patriarcal, sistema que apaga a importância feminina, mesmo com a ocorrência de modificações nos regimes vigentes no meado do século XIX. Na época, havia apenas o objetivo de fazer as mulheres cumprirem a sua

função de esposas e mães de família, visando evitar a sua “masculinização” ao realizar atividades consideradas dos homens (Vaquinhas, 1997).

Nesse contexto, a principal temática debatida pelas autoras é a educação feminina. Nos escritos de Antónia Gertrudes e Francisca Senhorinha é defendida a tese de que só seriam alcançadas melhorias na situação das mulheres quando elas conseguirem aprender atividades para além das tarefas domésticas. Além disso, há a compreensão da essencialidade de instruir as mulheres desde a infância, como um processo de desenvolvimento que demanda tempo e necessita de uma rede de apoio capacitada para disponibilizar os conhecimentos, objetivando, dessa maneira, sua total inserção na sociedade. As autoras entendiam que as mulheres não desenvolviam suas habilidades intelectuais de forma significativa, uma vez que “elas não tinham direito à educação formal, sua educação era voltada apenas para se comportarem na vida em sociedade, tanto dentro quanto fora dos muros domésticos, precisando para isso aprender regras de convivência e de moda” (Sousa; Dias, 2022, p.151).

Francisca e Antónia não mediram esforços para conquistar direitos e representatividade nas mais variadas esferas sociais, chamando a atenção para a importância da educação como forma de alcançar a independência e acabar com a submissão das mulheres. A educação seria a base estrutural para as mudanças desejadas, ou seja, era necessário ampliar o escopo educacional, para além da mera “instrução equilibrada, apoiada numa sólida formação moral e religiosa” (Vaquinhas, 1997, p.47). Ademais, acreditavam na essencialidade da educação como a sustentáculo para que a ascensão social feminina pudesse ocorrer, garantindo, com isso, sua participação ativa na vida pública.

Isso porque elas defendiam a tese de que as mulheres possuíam as mesmas capacidades cognitiva/intelectual que os homens. Ou seja, acreditavam que a utilização desse preceito pseudocientífico era uma invenção masculina para manter o comando da sociedade e que servia para justificar a manutenção de uma posição submissa por parte das mulheres. Entretanto, é válido ressaltar que não havia comprovação concreta, apenas servia para assegurar a estrutura social do período e impedir o avanço das mulheres na sociedade, principalmente na área política (Flores, 2004).

De fato, o cenário educacional precário que tanto as brasileiras quanto as portuguesas estavam imersas é comprovado pela análise dos dados apresentados pelos censos de 1872 (Brasil) e 1878 (Portugal). Dada a elevadíssima percentagem de mulheres analfabetas em ambos os países, havia uma parcela reduzida da população feminina capaz de compreender as informações repassadas. Essa era uma das principais dificuldades para a sensibilização e conscientização a maioria da população feminina. Todavia, embora exista essa condição complexa, é importante destacar que a participação de Antónia e Francisca, juntamente com “muitas mulheres, mesmo sendo uma minoria, desempenharam importantes papéis enquanto leitoras e escritoras assíduas para jornais e revistas” (Sousa; Dias, 2022, p.152).

Ambas destacam a importância do envolvimento Estatal e também do apoio familiar, visto que é indispensável que as famílias permitam e incentivem a educação das mulheres, como forma de mudar o *status quo*. Todavia, afirmam também que as modificações só seriam alcançadas quando as mulheres compreendessem a sua posição na sociedade. A partir disso, percebe-se que o público feminino não possuía plena consciência acerca da posição submissa que ocupava na sociedade, tornando ainda mais difícil modificar a situação.

Percebe-se que os jornais e revistas periódicas desempenharam papel fundamental para a propagação do pensamento feminista do século XIX, bem como asseguravam que mais indivíduos pudessem entender as temáticas que estavam sendo veiculadas. É, no entanto, válido ressaltar que os periódicos femininos, conforme Santos; Silva (2023, p.108), via de regra eram redigidos “mulheres brancas e de famílias abastadas, que desfrutaram do privilégio de serem alfabetizadas e educadas no país ou no exterior, diferente da maior parte da população brasileira, composta por mulheres e homens negros escravizados e pobres livres”. Nesse sentido, era bastante reduzida a parcela da população feminina que conseguiria ler os periódicos para, assim, poderem participar dos debates das temáticas em pauta (Kroetz; Gai, 2015).

Nota-se, ainda, que as autoras utilizaram de estilos e estratégias diferentes, muito embora ambas tenham tratado ambas da temática da educação. Ou seja, verifica-se uma convergência nos pensamentos e divergência nas abordagens. De fato, Francisca Senhorinha utiliza de uma

linguagem mais direta e sem meias palavras com seu leitor, visando, de forma mais explícita, passar a mensagem que deseja (Andrade, 2006). Com isso, não mede esforços para definir a classe que visa atingir e nem para expressar como acredita que as mulheres estão inseridas e quais submissões enfrentam. Já Antónia Gertrudes, possivelmente por possuir contato mais próximo com integrantes do poder, somado ao seu possível interesse em adentrar de forma mais fácil nas classes dominantes, possui uma abordagem mais discreta. Ou seja, apesar de deixar claros seus pensamentos e ideias, percebe-se menos críticas e maior sutileza, em especial quando se utiliza dos personagens de seus romances para fazer a defesa de argumentos feministas, deixando de lado as reivindicações diretas ao público ao qual se dirigia nos seus artigos nos periódicos (Talan, 2005).

De todo modo, cada qual com o seu estilo e lançando mão dos melhores recursos de que acreditavam dispor, à época, mesmo que não tenham conseguido usufruir, elas próprias, dos direitos que reivindicavam para suas patrícias, estas duas autoras prestaram uma contribuição importante para as futuras gerações de mulheres que puderam fazê-lo. Isso porque a recepção dos artigos feministas no século XIX foi marcada por um contexto de resistência e debate social. Embora muitas vezes mal vistos ou marginalizados, esses textos foram fundamentais para plantar as sementes do feminismo moderno e abrir caminhos para os direitos das mulheres nas décadas seguintes.

Referências

ABREU, M. Problemas de história literária e interpretação de romances. **Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura**, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/7364>.

ANDRADE, F. A. **Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX (1873-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ARAÚJO, A. et al. Imprensa de mulheres, imprensa para instruir mulheres: a atuação de Francisca Senhorinha da Motta Diniz no periódico O sexo feminino. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 7, n. 2, p. 891-908, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63435/39835>

BUITONI, D. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

COELHO, S.; FONTES, S. Vozes femininas a favor da instrução das mulheres nos jornais oitocentistas: A Assembleia Literária e A Voz Feminina. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 21, p. 241-262, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/8843/7737>

DIRECÇÃO DE ESTATÍSTICA. **Estatística de Portugal (II Recenseamento Geral da População)**, 1878. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1878

DINIZ, F. S. da M. **O Sexo Feminino**, Cidade da Campanha, ano 1, n. 1, p-4, 7 set. 1873. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>.

DUARTE, C. L. Literatura e feminismo no Brasil: primeiros apontamentos. In: SCHNEIDER, L.; MOREIRA, N. (orgs.) **Mulheres no Mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Editora do CCAD, pp. 242-249, 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf>

FERNADEZ, B. O Feminismo de NÍSIA FLORESTA (1810-1885) e a questão da capacitação intelectual feminina no Brasil do século XIX. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57328/31292>

FLORES, M. B. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **História Revista**, v. 9, n. 2, p. 227-252, 2004. Disponível: [Dialnet-OPensamentoAntifeminista-4852214.pdf](http://www.dialnet.org/revistas/OPensamentoAntifeminista-4852214.pdf)

HAHNER, J. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas - 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAHNER, J. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX, **Revista Gênero**, v. 10, n. 2, 2010, p. 313-332. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30882/17970>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brazil Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil em 1872**, 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

KARAWCZYK, M. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. **MÉTIS - História & Cultura**, v. 9, n. 18, 2010, p. 113-126. Disponível em: <http://www.ufrj.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/993/1055>

KROETZ, I. D.; GAI, E. T. Piazza. O jornal das senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira. **Literatura e Autoritarismo**, n. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/18518/10916>

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, A. C. A situação das mulheres de oitocentos. **Povos e Culturas**, n. 10, p. 169-176, 2005. Disponível em: [8815-Artigo-14596-1-10-20200607.pdf](https://www.scielo.br/poc/articulo/8815-Artigo-14596-1-10-20200607.pdf)

MOLINA, M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 225-233, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QFg3mNfZzjCK3B4YJSNF7vs/>

NASCIMENTO, K. C. **Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira - 1873-1932**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

OLIVEIRA, L. de. et al. Semanário o sexo feminino: a produção jornalística feminina na segunda metade do século XIX em perspectiva historiográfica, 2018. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21501>

PEDRO, C. M. C. A. **Educação feminina no século XIX em Portugal: em busca de uma consciência**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de Lisboa, 2006. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/32374/1/ulfp027026_tm.pdf

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/pinto-cc3a9li-regina-jardim-uma-histc3b3ria-do-feminismo-no-brasil.pdf>

PUSICH, A. G. **A Assembleia Litteraria**, n 34, de 29 de Junho de 1850, p. 17.

PUSICH, A. G. Educação. **A Assembléa Litteraria**, 1849. Disponível em: https://purl.pt/772/4/j-388-b_PDF/j-388-b_PDF_24-C-R0072/j-388-b_0000_capa-cap_a_t24-C-R0072.pdf

PUSICH, A. G. **Instrução Publica**. Beneficencia, 1854.

RABELO, J. O. et al. Breve Panorama Histórico sobre a Educação Feminina no Brasil em meados do século XIX e início do século XX. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 11, n. 3, p. 324-337, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/2609/5195>

RIBEIRO, A. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTANA, G. de S. O. **Mariana Luz: Murmúrios e outros poemas.** São Luís: Edições AML, 2021.

SANTANA, R. F. A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 137-150, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2961>

SANTOS, L. D.; SILVA, R. C. Cacos para um vitral: feminismos no Brasil do século XIX. **Revista Aedos**, v. 15, n. 33, p. 106-119, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/122115/88498>

SANTOS, R. L. Ensino de História e a Imprensa: diálogos possíveis para o uso de jornais impressos na reflexão sócio-histórica e cultural em sala de aula. **Revista Urutágua**, n. 38, p. 96-108, 2018.

SCHAPOCHNIK, N. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência da Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870–1889. **Historia y espacio**, v. 14, n. 51, p. 203 – 229, 2018.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sodre/1966/mes/or404270.pdf>.

SOMENSARI, P. **Francisca Senhorinha da Motta Diniz:** Imprensa e projetos de emancipação feminina no Brasil (1873-1890). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/087df07b-2acc-40f1-9472-a377d9a88122>

SOUSA, D.; DIAS, D. Quando a Mulher Começou a Falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 3, p. 143-168, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13155>

SOUTO, B. **Senhoras do seu destino:** Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17122013-125852/publico/2013_BarbaraFigueiredoSouto_VCorr.pdf

TALAN, N. In memoriam à esquecida Antónia Gertrudes Pusich. **SPRAZ L**, p. 145-192, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/14390680>

TELES, M. A. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod_resource/content/1/T_ELES%2C%20Maria%20Am%C3%A9lia.%20Breve%20hist%C3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf

VAQUINHAS, I. Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX. **Actas do Colóquio promovido pelo Centro de Estudos Camilianos e pela Casa-Museu de Camilo em Vila Nova de Famalicão**, p. 35-52, 1997. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/36590>

WOJNOWSKA, M. “Um pouco cega, um pouco torta” – o retrato do movimento emancipatório feminista na Polónia e em Portugal na viragem dos séculos XIX e XX. **Opieka Naukowa**, p. 77-94, 2022. Disponível em: https://czasopismoroman.wordpress.com/wp-content/uploads/2022/07/roman_22-1.pdf#page=78